

CADÊ A ÁGUA QUE ESTAVA AQUI? OS LEITOS SECOS NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA

Alexandre Martins de Araújo*
araujo.alexandre@uool.com.br

RESUMO: Este artigo refere-se a um estudo de caso, realizado no município goiano de Hidrolândia – GO. Tal estudo discute, desde as perspectivas da História Ambiental e da História Oral, as possibilidades do deslindamento de realidades históricas construídas sobre paisagens que, na atualidade, são vistas como abjetos, devido o estado de degradação em que se encontram. Dito de outro modo, se, por um lado, a historiografia, após o processo de alargamento de suas abordagens temáticas, adotou os grandes e médios rios como importantes fontes de pesquisa; por outro, esqueceu-se de uma colossal malha hidrográfica representada por pequenos cursos d'água – riachos, regatos, ribeirões, sangradouros, entre outros, que, em boa medida, encontra-se atualmente extinta ou agoniza diante de ações predatórias. Com base nisso, a inquietação que conduz nossa investigação é a de saber para onde são mandados os rios que secam. Assim, tentaremos mostrar que esses múltiplos espaços hidráulicos, principalmente aqueles cujos leitos já secaram, participam diretamente da construção de memórias, dado à importância que tiveram na vida de populações, outrora servidas por suas águas, seja na produção de seus domínios socioeconômicos ou na construção dos mapas de mundo ao seu redor.

PALAVRAS-CHAVE: História Ambiental, Pequenos cursos d'água, Leitos secos, Memória.

Desde que a historiografia do século XX iniciou o processo de ampliação de suas abordagens temáticas, os grandes e médios rios que banham o território brasileiro vêm se constituindo numa importante fonte de pesquisa, seja pela sua participação na estruturação da rede urbana regional e nacional, seja pelas diferentes formas de sua apropriação simbólica ou concreta.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Recebido em 29 de maio de 2010
Aprovado em 30 de junho de 2010

Mas ao lado desses grandes e médios rios, existe também uma ampla rede de canais fluviais, representada por pequenos cursos d'água tributários de microbacias hidrográficas, igualmente responsáveis pela irrigação de centenas de regiões por todo o Brasil.

Contudo, esses pequenos cursos d'água ainda não frequentam as agendas de nossos historiadores. Neste caso, caber-nos-ia responder às seguintes questões: Por que os pesquisadores que se enveredam pelos rios se esquecem das veredas? Estariam suas escolhas motivadas apenas pela magnitude e frequência de seus fluxos hídricos? Ou seria o índice de ocupação humana de suas margens o principal fator de escolha? Por que coube à literatura, e não à história, o papel de drenar os fluxos desses pequenos cursos d'água?

Responder, adequadamente, a estes questionamentos implicaria num considerável esforço de revisão, no sentido de localizar as frestas no tecido historiográfico por onde passaram, e ainda passam despercebidas determinadas realidades históricas, cujas experiências se constituíram, na presença desses pequenos cursos d'água.

Ainda que a busca de respostas para esses questionamentos não seja exatamente a nossa intenção para este estudo, asseguramos ao leitor que, no desenrolar do texto, ele poderá perceber alguns importantes elementos para a sua elucidação.

Para nós, entretanto, esses múltiplos espaços hidráulicos, comumente chamados de riachos, regatos, veredas, ribeirões, sangradouros, entre outros, são importantes fontes para a compreensão de realidades históricas regionais, devido, principalmente, ao papel que exerceram junto às inúmeras populações, outrora servidas por suas águas, na produção de seus domínios socioeconômico ou na construção dos mapas de mundo ao seu redor.

No entanto, atualmente, um elevado número desses canais tem seus leitos completamente secos ou agonizam no interior de um quadro hidrológico de ecossistemas degradados.

Façamos, agora, a seguinte reflexão: se nem os pequenos canais fluviais ativos encontraram um lugar na agenda desses historiadores, em que lugar, então, da “fila”, estariam aqueles canais cujos leitos já secaram? Pois é, exatamente, para esse lugar indeterminado da fileira que vamos, a partir daqui, lançar os nossos olhares.

Pensamos, dessa forma, que a melhor maneira de iniciarmos essa busca é descobrindo para aonde é mandado os canais que secam, ou seja, compreendendo o papel e o lugar desses ambientes degradados na vida humana.

Neste ponto, compartilhamos com as idéias do historiador ambiental norte-americano Roderick Nash (1970), para quem toda a paisagem que nos cerca deve ser encarada como um “documento histórico” à espera de interpretação. Assim, inferimos que o núcleo dinâmico, dessa nossa investigação, reside na tentativa de se compreender o papel que determinadas paisagens exercem tanto na constituição da memória coletiva como nas diferentes maneiras de percepção do espaço.

Não se trata, desse modo, de promover um determinismo natural, ao contrário, trata-se de uma perspectiva transdisciplinar, segundo a qual as disciplinas sociais podem, sem mea-culpa, incorporar às suas listas de variáveis analíticas elementos do mundo natural.

Em termos teórico-temáticos, este estudo encontra a sua ancoragem na chamada história ambiental, disciplina que, no dizer do historiador José Augusto Drummond (1991, p. 177), apesar de ser bem conhecida nos países de língua inglesa, ainda permanece “estrangeira” entre nós.

Para efeitos didáticos, acreditamos que as discussões realizadas, no âmbito desse campo, possibilitam ao leitor pensar de forma sistêmica as interconexões entre os ambientes “natural” e “social”, no processo de construção social das realidades humanas. Donald

Worstes, importante historiador ambiental norte-americano chama-nos a atenção para o seguinte fato:

[...] Poucos cientistas encaram os homens ou as sociedades como partes integrantes dos seus ecossistemas. Eles preferem deixá-los de fora, como digressões ou fatores imponderáveis. Mas os homens são o principal objeto de estudos dos historiadores; conseqüentemente, a tarefa dos historiadores é juntar o que os cientistas separaram (WORSTER, 1991, p. 206).

Como sabemos, são diversas as paisagens dentro das quais as sociedades se estabelecem e, igualmente diversas, são as modificações pelas quais passam essas paisagens, durante as gerações em que tais comunidades nelas sobrevivem. Em face disso, é fácil constatar que não se trata de um elemento dinâmico (o Homem), agindo sobre uma base fixa que o acolhe (o Espaço). Trata-se, antes, de duas dimensões que coexistem em um processo de afetação mútua.

No entanto, para muitos, essas duas dimensões continuam, por razões de cunho meramente epistemológico, sendo vistas como entidades separadas uma da outra, pois, assim, foram imaginadas pelas autodenominadas Ciências Sociais e da Natureza.

Como resultado, as categorias ‘ambiente social’ e ‘ambiente natural’ tomaram rumos opostos, uma vez que seus elementos constitutivos não se explicavam mutuamente. Tal percepção assemelhava-se às velhas polêmicas do século XVIII, cuja tônica era a distinção entre o saber dito ‘científico’ e outro ‘filosófico’. Em outras palavras, tal perspectiva há muito vem contribuindo para a cristalização de uma imagem simplificada, dentro da qual, a Natureza figura como um ambiente não-humano e o Social é visto de modo deslocado *culturalmente* dessa primeira (grifo nosso).

Salientamos, também, que, no âmbito dos movimentos tectônicos que fizeram deslocar a placa social da placa natural, o elemento tempo exerce um importante papel. Reiterando as palavras de Drummond (199, p.1), “como tantas outras construções culturais estáveis – que

perduram no próprio tempo... – a noção de tempo se incorpora ao inconsciente social, inclusive ao inconsciente das disciplinas sociais”. O historiador nos lembra que, cada sociedade organiza suas atividades em torno das noções de tempo que constrói, e, sendo as ciências sociais modernas também uma atividade social, e tendo adotado uma dimensão ocidental de tempo para pensar seus objetos de estudo e conceitos, preferiram se confinar, numa dimensão de tempo não superior a poucos milênios de anos, uma vez que, para elas, tal contagem seria o bastante para interpretar os fatos sociais no tempo. Essa concepção, não se ignorava por completo; pelo menos, desmerecia outras unidades de medida de tempo, muito mais longas do que aquelas que satisfaziam as ciências sociais nascentes. Foi, então, que as ciências naturais, do século XIX, na tentativa de compreender os elementos ‘não-humanos’ do planeta, inauguraram uma nova medida de tempo, denominado ‘tempo geológico’, cujas dimensões ainda escapam ao entendimento de um grande número de pessoas.

Permanecendo às margens dessas tão alargadas dimensões de tempo, as ciências sociais arbitrariamente subtraíram os humanos –“às vezes explicitamente– do tempo geológico e dos processos naturais a ele associados” (*ibidem* p. 3). Explicando melhor, esse equívoco nutriu um tipo de ilusão segundo a qual os acontecimentos sociais poderiam ser compreendidos, independentemente, dos acontecimentos naturais.

Um bom exemplo disso nos é dado por Marcos Lobato Martins, em seu livro *História e Meio Ambiente* (2007, p. 19 -20). Segundo ele, os historiadores marxistas (e não o próprio Marx) se juntaram às fileiras daqueles que preconizam o paradigma da imunidade humana aos fatores ambientais.¹

[...] A difícil questão de examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais é relegada, pois os marxistas tendem a considerá-la mero epifenômeno das relações sociais de produção (MARTINS, 2007, p. 20).

Em suma: o homem, no afã de conhecer e classificar o mundo a sua volta acabou construindo categorias bifurcadas de espaço e tempo. Assim, cada um dos elementos conhecidos, vivos ou mortos, presentes ou pretéritos, percebidos ou imaginados, encontraram o seu devido lugar no interior de cada uma dessas categorias.

Todas essas problematizações, além de ter corroborado àquela nossa inquietação de saber para aonde são mandados os canais que secam; também, emprestou-lhe novos elementos, o que nos possibilitou refazer a questão da seguinte maneira: após secar o seu leite, um pequeno curso d'água permanece no domínio do tempo imaginado pelas ciências sociais ou são deslocados para o tempo geológico das ciências naturais?

Bem, se o homem vem depositando seus achados e seus restos sobre diferentes estratos de tempo e espaço, isso significa que, se quisermos responder a essas questões, precisaremos efetuar um corte estratigráfico, atravessando as várias camadas de sua existência. Quem sabe aí, em alguma dessas camadas, encontraremos incrustados aqueles leitos abandonados.

Mais uma vez, recorreremos ao campo da história ambiental. Precisamente ao modelo que o historiador Worster (1991), chamou de “os três níveis em que a nova história ambiental funciona”. Para ele, o primeiro nível se define pela compreensão do funcionamento da “natureza propriamente dita”: as maneiras como os elementos orgânicos e inorgânicos, não excetuando o organismo humano, vêm se desenvolvendo e interagindo entre si ao longo do tempo. O segundo alude à dimensão socioeconômica: nele, as atenções estarão voltadas para os níveis de organização social dos grupos em interação com os recursos naturais a que se tem acesso, os processos de produção, bem como os diferentes destinos que lhes são dados. Já o terceiro e último nível corresponde às dimensões simbólicas das interações entre homem e natureza: aqui, busca-se compreender os tipos de ‘negociação’ que as diferentes populações

estabelecem com o seu meio geográfico, no que se refere aos contínuos processos de sua apropriação simbólica, adaptação e modificação, ao longo da história.

Queremos crer que nossa discussão se enquadra nos moldes desse último nível da análise sugerido por Worster (*ibidem*) uma vez que estamos tratando exatamente de atribuições de sentido, mais especificamente das possíveis leituras que fazem as pessoas sobre os cursos d'água degradados e de suas encostas. Contudo, sublinhamos que, independentemente do nível que se escolhe para olhar, lembremos: A História nunca se debruça sobre a realidade, mas sobre as representações que as pessoas fazem dela. “Somente o que se idealiza é o que se vê; mas o que se idealiza é o que se inventa” (MARTIM, 1954 apud O’GORMAN, 1992).

Começemos, então, por interrogar o tipo de experiência estética que desenvolveu (e desenvolve) o brasileiro, principalmente aquele do meio rural, diante das paisagens ‘naturais’ que o cerca.

Apesar de considerarmos uma paisagem, qualquer paisagem, como sendo algo portador de beleza, pelo menos no sentido que nos foi legado por Hegel, isso não acontece na prática, pois, normalmente, as pessoas percebem as coisas ao seu redor através de suas ‘lentes’ culturais (lição que a antropologia nos ensinou tão bem).

Mas, uma paisagem brasileira, assim como qualquer outra forma de *invenção*, precisou ser dotada de um ‘ser’. Embora já tenhamos ultrapassado a casa dos 500 anos, o ser de nossa natureza continua sendo re-significado.

Vejamos, dessa maneira, as estruturas de significação que compõem o ser de nossas paisagens, algumas construções que consideramos relativamente estáveis. Neste contexto, não temos a intenção de reconstruir, aqui, uma história da idealização das paisagens brasileiras, apenas iremos recordar de alguns momentos dos quais foram geradas imagens

consistentes a respeito de nossas paisagens, e que acabaram se cristalizando no imaginário brasileiro.

Assim que os portugueses lançaram, pela primeira vez, seus olhares sobre essa porção de terras a que chamamos Brasil, idealizaram-na como algo próximo de um paraíso perdido, ou melhor, achado... Durante o processo de ocupação, prevaleceu como fruto dessa percepção inicial, a ideia de uma natureza prodigiosa e inesgotável – um presente de Deus para seus filhos, porém, não qualquer tipo de filho, somente para aquele destemido e obediente - o filho escolhido.

Em seguida, durante o período colonial, o Brasil passou a ser palmilhado por inúmeros exploradores, ávidos por achar, ou melhor, certificar, entre os seus mais distantes *outbacks* (cafundós), aquelas estranhezas agrestes que sempre lhes perturbaram seus imaginários medievais.

Já “independente” o “brasil Brasil”, como é visto por DAMATTA (1993), teve suas paisagens idealizadas por vários tipos de viajantes, quase todos eles investidos do mais nobre objetivo: dotar as paisagens brasileiras de um ‘ser’. Deste modo, célebres artistas, influenciados pelo romantismo e pelas premissas provenientes das Revoluções Burguesas, como foram os casos de Rugendas e Debret, “retrataram uma natureza exuberante e agressiva, destacando a mata fechada, a enorme dimensão das árvores, com serpentes enroladas nos troncos, os animais selvagens à espreita e os índios ameaçadores” (MARTINS, 2007, p.61).

Conduzidos por objetivos semelhantes, os chamados viajantes naturalistas não pouparam tintas para descrever nossas paisagens. Esses homens ‘racionais’, movidos pelas ‘certezas’ que emanavam das ciências oitocentistas, puseram-se a coletar milhares de espécies e produzir suas cartografias das *terras brasílicas*. Até hoje, seus escritos corroboraram ideias de especuladores europeus para quem, no Brasil, qualquer atividade comercial é viável, desde que estando em ‘boas mãos...’.

A historiadora Lisboa (2007), ao analisar os relatos dos naturalistas alemães Spix e Martius conclui:

[...] A narrativa de Spix e Martius, na Viagem pelo Brasil, se desdobra em descrições nas quais a natureza se configura na tensão entre imagens paradisíacas e infernais – tensão essa que se dinamiza na oposição entre civilização e natureza, e suas noções derivadas, como domesticação e selvageria. Neste sentido, o “estilo estético-científico”, que pretende unir literatura e ciência, conduz o leitor ao encontro com diversas paisagens, onde a natureza se presta a “espetáculo” (p. 429).

No século XX, há uma explosão iconográfica possibilitada pelas novas tecnologias. A partir daí, a natureza, capturada pelos olhares mecatrônicos, deixa de ser apenas paisagem para se tornar *produto*. Em consequência, quase todos os tipos de iniciativas - artísticas, literárias, comerciais, educacionais, entre outras, passaram a se utilizar de imagens da natureza.

Uma vez midiaticizadas², tais imagens se impregnam de componentes ideológicos, ou seja, “já vêm prontas para serem usadas”... Podemos retirar centenas de exemplos de propagandas televisivas, onde as imagens da natureza cumprem com papéis específicos de levar ao telespectador alguma mensagem abdutiva.

O caso da televisão é, para nós, emblemático, pois o período de sua chegada nas *interlandias* do Brasil, meados dos setenta, coincidiu com a implantação das políticas do governo voltadas para o desenvolvimento de suas zonas rurais. Tais iniciativas, comumente conhecidas por ‘expansão da fronteira agrícola’ foram, fundamentalmente, marcadas por um acelerado processo de mecanização das práticas agropastoris e surgiram, no âmbito dos chamados Programa Nacional de Desenvolvimento (PND).

Nessa perspectiva, aquelas imagens da natureza, geradas ainda no medievo, levantaram-se de suas respectivas covas, juntaram-se àquelas mais recentes, construídas durante o período colonial, vestiram-se com os trajes tecnicistas dos setenta, invadiram o

território demarcado pela mídia, e tomaram de assalto os aparelhos televisores espalhados por todo o Brasil.

Como resultado, em todos os canais de TV das emissoras brasileiras: nos comerciais, nas telenovelas ou durante os noticiários, eram amplamente divulgadas imagens da natureza, carregadas de significados cujos princípios nutriam-se no imaginário europeu de civilização e progresso. Em todos esses meios, as diversas paisagens rurais deveriam ser representadas como sendo lindos jardins. Deduz-se daí, que no interior do pressuposto quadro não haveria lugar para ‘acidentes geográficos’ uma vez que todas as paisagens que o compõem deveriam ser percebidas, fundamentando-se nos princípios estéticos reelaborados dentro dos ambientes midiáticos.

Com base nisso, podemos sugerir que o homem rural brasileiro tornou-se menos suscetível ao desenvolvimento de alguma forma de recepção estética aberta às paisagens atravessadas por ambientes degradados: leitos secos, grotas e encostas assoreadas.

Nas linhas que se seguem, tentaremos elucidar essas discussões, a partir da observação direta sobre um canal fluvial degradado, no município goiano de Hidrolândia, situado a 35 km de Goiânia. Em outros termos, iremos averiguar o que um pequeno curso d’água degradado tem a nos dizer a respeito das relações que manteve (e mantém) com antigos moradores locais, seus filhos e netos.

A princípio, deixaremos, propositalmente, qualquer discussão sobre os processos ecológicos que levaram à degradação de tal canal fluvial, porque, como já informamos anteriormente, essa discussão pertence àquele primeiro nível da análise sugerida pelo historiador ambiental Donald Worster .

O curso d’água, em questão, nasce na Fazenda Barreirinho, sendo, por consequência, homonimamente denominado. Conforme pode ser visto, na figura abaixo, trata-

se de um canal fluvial do tipo intermitente, ciliado por uma vegetação ripária³, característica do bioma cerrado.

Figura 1 - Condições atuais em que se encontra o córrego barreirinho, fazenda barreirinho, município de Hidrolândia – GO.

O morador que escolhemos para entrevistar é o senhor José André Machado Telles, proprietário rural e residente naquele município, desde 1936.

Figura 2 – Sr. José André Machado Telles.

Antes, porém, relataremos algumas impressões que conseguimos captar, entrevistando alguns filhos e netos do senhor José André, a respeito do curso d'água em pauta.

Para efeito de encaminhamento das perguntas, começamos, inicialmente, pela descrição da região que abriga o referido curso d'água; depois, sobre algumas peculiaridades que contém a paisagem a qual ele pertence; e, por final, passamos a inquiri-los sobre a existência do referido córrego, naquele sítio.

Durante as entrevistas, alguns de seus filhos mostraram conhecer a região, atravessada por aquele curso d'água, bem como de vários detalhes de sua paisagem, a exemplo de alguns marcos de divisa, propriedades confrontantes etc. Porém, quando interrogados sobre a existência do córrego 'barreirinho', que outrora cortava a reserva de mato da fazenda, demonstraram total desconhecimento. No entanto, não ignoravam a presença de alguns grotões e de outros tipos de acidentes de relevo. Já, os netos, sabiam somente da existência da mata. Nenhum detalhe na paisagem lhes era familiar.

Submetido as mesmas perguntas, o senhor José André se lembrou do córrego com bastante pesar – como alguém que se recorda de um velho amigo falecido. Suas lembranças recuaram cinquenta anos no passado. Começou, então, tracejar o seu curso, desde a sua nascente, no ‘buritizal’, até o seu desemboque, no córrego ‘barreirão’.

Inicialmente, suas reminiscências reconstruíram uma série de situações ligadas à utilização daquele córrego: o local exato em que, certa vez, o fazendeiro desviou de seu leito um pequeno rêgo d’água, a fim de movimentar um monjolo na sede de sua fazenda, de outras três propriedades vizinhas que possuíam monjolos movidos pelo córrego; lembrando, também, de pequenas hortaliças regadas com suas águas, quando represou um ponto de seu curso e que, às vezes, quando suas águas se achavam barrentas, era possível até pescar alguns ‘lobozinhos’.

Depois, suas lembranças saltaram o pequeno córrego, ganhando a paisagem local. Foi como se abrisse, em sua frente, um mapa da região. Daí por diante, o senhor José André passou a relatar surpreendentes detalhes, como por exemplo, a existência de uma antiga olaria em suas margens.

Fomos, depois, até o local indicado, e constatamos, conforme pode ser visto, na figura 3, que a velha olaria, não apenas continuava lá; mas, também, encontrava-se quase que inteiramente encoberta, tanto pelos depósitos de terra trazidos pelos enxurros, ao longo dos anos, como pela vegetação ripária que se desenvolveu sobre aquele sítio. Não menos surpreendente, foi o fato de termos encontrado, a cerca de aproximadamente cem metros da antiga olaria, nas margens do córrego, um velho garimpo, cujos buracos de prospecção já se encontravam quase completamente recobertos, conforme nos mostra a figura 4.

Figura 3 – Antiga olaria às margens do córrego barreirinho, Fazenda Barreirinho, município de Hidrolândia – GO.

Figura 4 – Antiga prospecção de minério às margens do córrego barreirinho, fazenda barreirinho, município de Hidrolândia – GO.

As lembranças do senhor José André não pararam por aí, elas recuaram, até ao tempo da sua infância, esboçando um verdadeiro mapa hidrográfico da região. Lembrou-se,

então, de quatro outros pequenos cursos d'água, cujos leitos já haviam secado: o local de suas nascentes, a direção de seus cursos, a vazão de cada um deles, também o uso que o seu pai fazia de suas águas. Reminiscências surpreendentes lhe vieram à mente, quando se recordou de uma fonte que projetou, bem no meio do pasto – “um jorro d'água com mais de um metro de altura”. Ao final, mostrou-se bastante apreensivo quanto à situação atual em que se encontram os recursos hídricos do município.

Quantus lugar minava água, Ó, ali naquela grotinha tinha um poço d'água lá, que num curria mais dava aguada a seca intera, ta vendo aquela grotinha coberta lá? Já dentro do capim aqui, ali do lado, pra lá do mata-burro, do lado direito ali, aquela grotinha primeira que desce tamém; tinha um ôto poço lá que num secava, a seca intera, o gado bibia dela lá, cortava mais ficava lá igual uma represa, uma cisterna. Aqui em cima dessa serra, óh rapaz! Tinha água aí que num secava óh! Num curria mais num secava, cê bibia aquela água azulinha, bunita..., lá no coisa, parava de corrê, nais num secava! Ih! Aqui em cima? Uma aculá, em cima da serra mêmo, ôtra ali, ôtra aculá, e ôtra onde ia pros meus irmão ali. E essa lida que curria pros minino era assim um tipo dum, aquela era inorme assim ó? Parava de corrê tamém, mais quano ligou a manguêra lá, ela mantinha sabe? É a mesma coisa de uma cisterna que cê usa a água dela e ela num seca. Era quatro aguada que num secava. Mais o trem tá ficano danado memo! esses dia patrais, não esses dia patrais não, ano passado, ano trazado, num sei, veio um engenheiro da saniago aqui pra explorá aqui, vê se tinha coisa pra abri poço artesiano pra levá água pra Hidrolândia, eu falei ah! Tenha paciência..., vai procurá água da serra pra lá! Tenha dó! Ai parece que eles abriro um berano aquele loteamento ali da, que era da chácara do bêjinho ali. Hem! Alexandre, pra te dá uma idéia do que era água de primeira, aculá onde aquela vaca vai travessano, alá ó, aquela reis branca lá, têve um ano aí, minô, estrorô uma água muma mina lá, bem no chato lá, pra riba daquele pau copudo, jogava dessa altura assim ó. Ela saiu do chão lá, até a Joana foi lá com um cano pra pô lá pra vê ela subi mais alto assim, hoje cê num vê isso mais [...] (Entrevista com José André Machado Telles, fazenda barreirão, município de Hidrolândia – GO., em 15, de maio de 2009).

Em suma, as memórias do senhor José André fluíram com intensidade, clareza e de forma contínua. Quanto a isso, acreditamos ter ocorrido, no momento da entrevista, o efeito da lembrança do espaço sobre a estruturação de sua memória. De outro modo, assim que ele fixou sua atenção sobre os espaços percorridos pelo curso d'água, suas reminiscências fluíram, naturalmente. Isso quer dizer: a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais, tendo em vista que:

não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Se tivéssemos que analisar as respostas obtidas, levando-se em conta apenas a questão sobre quantos se lembraram do córrego durante as entrevistas, ficaríamos tentados a pensar que, durante o processo de socialização entre as três gerações, aquele curso d'água não representara nada de importante na vida dos filhos e netos do Sr. José André.

Uma constatação como essa levaria, fatalmente, a análise em direção a dois questionamentos: primeiro, de saber se houve ou não desinteresse, por parte do Sr. José André, em transmitir aos seus filhos e netos lembranças daquele córrego; segundo, se seria correto deduzir que a ausência do córrego, nas reminiscências de sua descendência, deveu-se ao fato de que, ao contrário de seus pais e avós, eles não dependeram daquelas águas para obtenção de seus proventos.

Felizmente, sabemos que um exercício dessa natureza apenas imporia obstáculos ao aprofundamento das questões, pois não permitiria analisar tais processos de constituição de memórias sob outros ângulos, como por exemplo, os fenômenos sociais de comunicação.

Assim, preferimos abordar a questão a partir da concepção de que as reminiscências, tanto do senhor José André quanto de seus filhos e netos obedecem a uma dinâmica sócio-histórica de constituição.

[...] a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201)

Nessa medida, entendemos que não se pode imputar aos filhos e netos do Sr. José André, nem a outros filhos e netos de outros tantos proprietários rurais, qualquer tipo de culpa por não possuírem recordações sobre córregos degradados que atravessam suas propriedades. Podemos, no máximo, refletir sobre os fenômenos sociais que motivaram (e motivam) as discontinuidades, no interior dos processos de constituição das memórias coletivas, dentre os quais elementos do tipo acontecimentos, personagens e lugares precisam ser transferidos, projetados para que ocorram fenômenos denominados “memória herdada”, construído por Michael Pollak.

Concordamos, assim, com alguns ambientalistas que, sabiamente, denunciam a propagação de um tipo de relação passado/presente, onde os espaços sociais de comunicação são, cada vez mais, atravessados por *cyberspaces*, cujo interior há presença de sociedades inteiras se comprimindo dentro de um único tempo – o presente.

Para esses ambientalistas, torna-se impossível mobilizar pessoas apáticas e com imensas dificuldades em compreender o mundo atual, uma vez que o mundo que eles conhecem, ou melhor, se permitiram conhecer, encontra-se totalmente fragmentado.

Em essência, essa sensação de aprisionamento e paralisia no tempo presente é produto de um intenso ritmo de recriação, fragmentada e descontínua, da memória coletiva. Os processos produtivos que emergiram com a revolução técnica e informacional, no final do século XX, induzem a um desabamento sistemático dos referenciais do passado. (MARTINEZ, 2006, p. 16)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez estejamos longe de responder a todos os questionamentos aqui levantados, pois ainda sentimos aquela desconfortável sensação descrita, no início desse texto, de estarmos olhando para um gigantesco corte estratigráfico, identificando cada um dos

diferentes fragmentos incrustados em suas camadas sobrepostas, admirando a sua imponderabilidade e perguntando: como que cada um deles foi parar ali.

Por isso, e ao cabo dessa pequena aventura, sentimo-nos seguros para sugerir que não existe um único lugar para onde são mandados os cursos d'água que se esgotam, pois, conforme sabemos, as águas de um rio não secam; antes, escorrem para algum lugar fora de seu leito. E foi exatamente isso que ocorreu com as águas do córrego barreirinho, ou seja, desembocaram na foz da memória do Sr. José André e, dentro dela, juntaram-se a outros quatro cursos d'água, cujo mesmo destino encontrara.

Já as margens desses antigos canais fluviais, depois de convertidas em grotões e encostas assoreadas, são empurradas para lugares liminares. Lugares esses propositalmente escondidos; porém, estrategicamente reclamados, em momentos em que se faz necessário dotar de sentido àqueles espaços desejados e planejados. Assim, eles passam a habitar os interstícios das consagradas categorias espaços-temporais, onde permanecem ativos entre jardinadas paisagens rurais e acidentes de relevos, entre tempos sociais e geológicos, entre vitrines iluminadas de um *shopping* e velhas fazendas de avós.

Por tudo isso, inferimos que em narrativas sobre antigos cursos d'água há sempre a possibilidade de se deslindar outras paisagens e outras relações.

WHERE IS THE WATER THAT WAS HERE? THE DRY RIVERBEDS IN THE MEMORY AND HISTORY

ABSTRACT: This article refers to a case study, conducted in the city of Goiás Hidrolândia. Such study discusses, from the perspective of environmental history and oral history, the possibilities of unraveling the historical realities built on landscapes that today are seen as abject due the current state of degradation. In other words, on the one hand, the historiography after the enlargement of its thematic approaches adopted the medium and large rivers as major sources of research, on the other, forgot a colossal hydraulic mesh represented by small

streams that, largely are now extincts or dying in face of predation. From this, the restlessness that drives our research is to know for where are sent the dry rivers. Thus, we will show that these multiples spaces hydraulic, especially those whose beds have dried up, directly involved in the construction of memories, given the importance it had in the lives of people, once served by its water, is in the production of their socio-economic areas, is in the construction of maps of the world around them.

KEY WORDS: Environmental History; Small streams, Dry beds, Memory, Rivers punches are sent to where.

NOTAS

1 Para uma maior compreensão desse paradigma veja: CATTON, W.; DUNLAP, R. A new ecological paradigm for post exuberent sociology. *American Behavioral Scientist*, v. 24.p. 15-47.

2 Mídiação pode ser pensada como uma nova forma de inteligibilidade social, a partir da qual a sociedade entende e é entendida por meio do fenômeno da mídia.

3 Em linhas gerais, a vegetação ripária compreende elementos bióticos e abióticos em interação, sempre próximo a um corpo de água, em cujo processo geobiohidrológico desempenha importante papel na manutenção, tanto dos recursos hídricos com de corredores de fauna.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alexandre Martins de. Memórias que Curam. In.: *Experiências e Memórias*. Olga Cabrera (Org). Goiânia: Cecab; Ed. Vieira, 2001. p. 87-99.

_____. *Comunidade Negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios*. Olga Cabrera (Org). Goiânia: CECAB, 2007.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DREW, David. *Processos integrativos Homem-Meio Ambiente*, 5. ed. Rio de Janeiro/ RJ: Bertrand Brasil, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EITEN, George, Vegetação do Cerrado. In: *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, 2. ed. Brasília: Ed.Unb, 1990.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In.: *A memória coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.

LISBOA, K. M. A natureza brasileira no olhar de dois naturalistas alemães. In.: Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias, 1997, São Paulo. *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão e Cultura/ Edusp, 1992. v. 8. p. 421-434.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Sociedade e Natureza: uma história ambiental. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REGIOTA, Marcos. Por uma filosofia da educação ambiental, In: *Meio ambiente e representação social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TELLES, José André Machado. Entrevista concedida ao prof. Alexandre Martins de Araújo, na cidade de Hidrolândia, Abril de 2009.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.